

Déficit nominal cresce e bate em 6%

Faltou dinheiro para pagar juros em julho; mas meta com FMI deverá ser cumprida com folga

Regina Pires
de Brasília

O superávit primário de julho ficou em R\$ 4,3 bilhões, o melhor para o mês de julho, desde 1999, quando foi de R\$ 4,9 bilhões. Mas, considerando-se os juros, houve déficit de 6%, na conta acumulada em doze meses.

No ano, o superávit primário está acumulado em R\$ 44,928 bilhões. Em igual período do ano passado, o superávit estava em R\$ 32,882 bilhões. O resultado em sete meses se aproxima da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) até setembro, que é de R\$ 54,2 bilhões. Até agora, 82,9% já foram alcançados, com a média mensal desde janeiro, situando-se em R\$ 6,4 bilhões. Para cumprir a meta, os resultados de agosto e setembro podem ficar em R\$ 4,9 bilhões, ou seja, há uma folga considerável.

“É perfeitamente factível atingir esse resultado”, disse o chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Luiz Sampaio Malan.

Há sinais de início de recuperação da atividade econômica, o que irá se refletir na arrecadação de impostos, avaliou o economista, que é irmão do ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan.

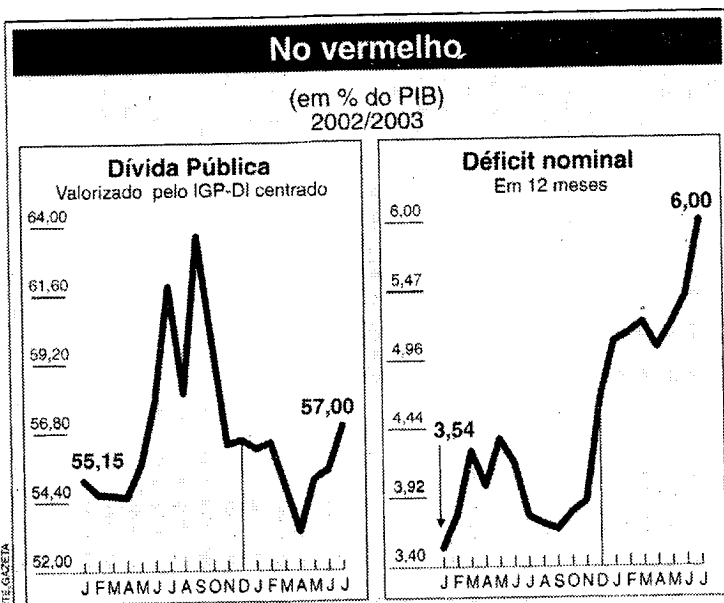
Ele acrescentou que também é necessário manter o controle de gastos.

O superávit do mês corresponde a 5,05% do Produto Interno Bruto (PIB).

A maior contribuição para o superávit primário de julho foi dada pelo governo central. O governo federal contribuiu com R\$ 5,762 bilhões. No INSS, houve déficit de R\$ 2,4 bilhões e o Banco Central teve resultado negativo de R\$ 30 milhões, atribuído às operações de swap cambial, num mês em que o real desvalorizou-se 3,27%.

Falta dinheiro

A economia feita pelo governo desde o início do ano se revela insuficiente para cobrir as despesas com os juros nominais que, em ju-



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

lho, deram um salto, dos R\$ 9 bilhões, verificados em junho, para R\$ 15 bilhões.

No ano, o déficit nominal está acumulado em R\$ 44,9 bilhões (5,12% do PIB). Em igual período do ano passado, o déficit era de R\$ 18,6 bilhões ou 2,54% do PIB. Se for considerado o resultado acumulado em doze meses, o déficit nominal de julho é de 6% — um patamar que não era alcançado desde outubro de 1999.

Para financiar o déficit, houve crescimento de R\$ 15 bilhões da dívida mobiliária e de R\$ 4 bilhões na base monetária. Mas a dívida bancária foi reduzida em R\$ 8,3 bilhões e os financiamentos externos em R\$ 1,2 bilhão.

Dívida líquida

A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 877,2 bilhões ou 57% do PIB.

A piora na relação da dívida com o PIB, que em junho era de 55,5%, foi explicada por Luiz Malan como resultado de dois fatores, basicamente: a desvalorização do real frente ao dólar e a redução da atividade econômica.

Em agosto, segundo ele, não de-

verá ocorrer maior impacto nessa relação, porque o câmbio apresentou comportamento mais estável.

Para setembro, está prevista uma melhora na relação dívida líquida/PIB, pois o valor do PIB, de R\$ 1,538 trilhão, será corrigido pelos índices de inflação e da atividade econômica, que estaria, de acordo com o Depec, iniciando uma reação.

A dívida bruta do governo cresceu de 75,9% do PIB, em junho, para 78,1% em julho.

A exposição cambial encolheu nos últimos meses. A posição de títulos indexados ao dólar e as operações de swap, passaram de 33,5%, em dezembro de 2002, a 26,7%, em julho.

As estatais contribuíram com um superávit de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 633 milhões relativos às estaduais, que tiveram o melhor resultado para julho, desde o início da divulgação da série em 1991.

Luiz Malan observou que “essas empresas têm demonstrado boa performance fiscal nos últimos anos, consolidando uma situação de equilíbrio financeiro.”

Os governos estaduais mantiveram superávit primário, de R\$ 177

milhões, inferior, entretanto, aos R\$ 874 milhões, de junho, e aos R\$ R\$ 1,703 bilhão, de maio.

Esse comportamento reflete a sazonalidade dos repasses do governo federal, e também espelha a queda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em função da redução da atividade econômica. Os estados com melhor arrecadação têm sido os do Sul do País, em boa parte como resultado do comércio com a Argentina, cuja economia vem se recuperando. (Ver abaixo o resultado da arrecadação de ICMS no estado de Minas Gerais)

Repasse maiores

As contas dos estados e municípios de agosto deverão refletir aumento de repasses do governo federal, acertado há um mês, quando houve negociação para votação da Reforma Previdenciária.

Para garantir esse compromisso, sem provocar maior impacto nas contas públicas, foi acertado, principalmente com os governadores, que o Tesouro Nacional reduziria no mês as restituições de Imposto de Renda (IR) aos contribuintes.

Impacto da Selic em agosto

As operações de swap, que, no mês anterior proporcionaram ganho de R\$ 2,6 bilhões ao Banco Central, causaram perda em julho, de R\$ 924 milhões. Além disso, o número de dias úteis foi maior e não se verificou impacto do corte da taxa Selic, “o que deverá acontecer em agosto,” acredita Luiz Malan.

Em sete meses, os gastos com juros nominais, de R\$ 89,257 bilhões, representam o dobro do superávit primário alcançado no período e 78% do total de juros gastos ao longo de todo o último ano.

O resultado nominal, que reflete a necessidade de financiamento do setor público, foi deficitário em R\$ 10,7 bilhões, considerando o superávit primário e as despesas com juros nominais.